

## EDITORIAL

Depois de duas edições em que contamos com a prestigiosa colaboração de autores convidados, *Informação Arquivística* apresenta nesta edição artigos que foram submetidos à avaliação cega por pares, sendo analisados por pesquisadores e especialistas com ampla experiência no campo arquivístico.

Após criteriosa seleção, apresentamos artigos que tratam da temática da certificação digital, da formação profissional, do documento arquivístico, da atuação profissional no contexto da Lei de Acesso à Informação - LAI e da comunidade científica em formação no cenário brasileiro. Tratam-se de questões atuais e relevantes para área, principalmente no cenário brasileiro, considerando inclusive as interfaces interdisciplinares da Arquivologia com a Ciência da Informação, a História e a Memória Social.

O primeiro artigo, **Gestão de documentos digitais em aplicações de Certificação digital**, de autoria de Sânderson Lopes Dorneles e Renato Fernandes Corrêa, traz uma análise sobre aplicações de certificação digital tendo como foco a preservação digital e a problematização da memória registrada nos documentos. Além de abordar conceitos, tecnologias, políticas públicas a respeito da certificação digital e Infra-

estrutura Brasileira de Chaves Pública (ICP-Brasil) o artigo apresenta estudos de casos.

O artigo intitulado **O arquivista para as instituições dos poderes judiciário e legislativo federal: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho**, de Nathaly Rodrigues da Costa, aborda as convergências e divergências da formação profissional do arquivista em relação as exigências do mundo do trabalho. Para tanto, foram identificadas as competências e os conhecimentos requeridos nos editais de concursos públicos federais dos Poderes Judiciário e Legislativo em contraposição com as atribuições do profissional arquivista, de acordo com a Lei 6.546, de 1978 e com a literatura arquivística definida para a pesquisa.

A produção de Raquel Luise Pret, **O documento e a prova: ordenamento jurídico, validações diplomáticas e a arquivística**, tece uma reflexão sobre as relações entre o conceito de documento arquivístico e os critérios e validações que o definem como prova e verdade científica. Seu artigo perpassa pela percepção do documento arquivístico como inscrição da verdade por validações, critérios e métodos que o regulam. Também aborda as relações entre a

produção de verdade na cultura ocidental, o surgimento do documento e a regulação da verdade imposta pelo ordenamento jurídico.

O artigo de João Paulo Borges da Silveira e Pedro Ivo Silveira Andretta, **Considerações sobre as redes em Arquivologia: uma análise a partir das teses e dissertações**, procura identificar a formação de redes, no Brasil, entre os novos pesquisadores da área, seus orientadores e os membros das bancas avaliadoras, com o objetivo de traçar os relacionamentos institucionais, regionais e disciplinares na área.

Enfim, a produção de Isadora Martins Marques da Rocha e Gláucia Vieira Ramos Konrad, **A conduta do arquivista frente à Lei de Acesso à Informação**, apresenta um estudo da inserção da práxis arquivística perante a Lei de Acesso à Informação e a posição do arquivista neste cenário. Para tanto, as autoras investigam a conduta do arquivista frente à Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – sob o prisma do Código de Ética do Arquivista do Conselho Internacional de Arquivos, trabalhando os princípios morais a serem adotados por este profissional ao atuar na esfera pública.

Uma boa leitura a todos!

**Conselho Editorial**

*Aluf Alba Vilar Elias*

*Lucina Ferreira Matos*

*Roberto Lopes dos Santos Junior*

*Vanessa de Arruda Jorge*

*Wagner Ramos Ridolphi*

*Welder Antônio Silva*